

O DEBATE SOBRE A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL NO BRASIL – UM ESTUDO CRÍTICO INTRODUTÓRIO

Hellington Chianca Couto, professor da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Apresentação do problema

A precarização estrutural é a forma assumida pelo capital como estratégia de extração de mais-valor, tendente a generalização planetária, na era do capitalismo globalizado. Aquilo que Ricardo Antunes (2005) chama de *nova morfologia do trabalho*, vem se configurando em nível planetário desde a primeira metade da década de 1970, sendo a condição necessária para o que o sociólogo denomina de *a era (tardia) da precarização estrutural do trabalho* (idem) e Giovanni Alves chama de *novo e precário mundo do trabalho* (ALVES, 2013) tem como marco inicial a crise aguda de realização do valor, que ocorreu por volta de 2007/2008, após reajustes intra-empresariais e estatais, em países como Portugal, Espanha, Grécia etc. Tal processo ocorre como uma tendência de totalização da forma mais avançada da *alienação-estranhamento*, base estrutural da barbárie social e cultural, seja em países como o Brasil, Índia, dentre outros, cuja fusão funcional entre informalidade laboral, formalização precária, ausência concreta de uma experiência em relação ao Estado do bem-estar social, imposições heteronômicas de arrochos salariais e perdas de direitos a partir de políticas macroeconômicas incapazes de diminuir a dependência externa, vem tornando-se regra. Tal processo ocorre também em países como EUA, Europa centro-ocidental e Japão, sob a forma de ataque de direitos adquiridos e, principalmente, sob a forma de desemprego crescente.

Assim, como um fenômeno que passa pela crescente exploração, expropriação de direitos e alienação/estranhamento, a precarização é um processo que extrapola as relações propriamente laborais, isto é, não podemos pensar tal condição como um simples avanço contínuo da informalização jurídica nas relações de trabalho, mesmo porque ocorreu um fenômeno oposto no caso brasileiro, após um período que corresponde à década de 90 e início dos anos 2000, em que o Brasil acompanhava as tendências mundiais, tendo desde o governo Lula uma reversão de tal tendência – onde o lastro de “conquistadas” formais do mundo do trabalho ainda era relativamente grande, principalmente após o “deserto neoliberal” – refreado em 2012 e 2013, como pode-se ver em índices como o PNAD¹. A flexibilização salarial,

¹ Da mesma maneira em que a questão do desemprego pode ser camuflada por uma epistemologia manipulatória e antiontológica, os índices de formalização, tratados pelo governo Lula como índices de “re-formalização” ou “des-informalização” dos postos de trabalho, tendo o exemplo do incentivo do novo e cínico apoio ao *le carrières ouvertes aux talents* ideológico, para a regulamentação do chamado empreendedor individual.

contratual e da jornada de trabalho, tampouco pode ser excluída desta análise. Além de que o tenso processo que vai desde o aumento da intensificação/acúmulo de funções até o assédio moral contínuo e altíssima rotatividade do emprego são elementos qualitativamente pouco ou superficialmente expressos em análises quantitativas.

Observa-se em pesquisas interdisciplinares, como a promovida pelo Fórum Trabalho e Saúde, realizado há alguns anos pela UNESP, bem como estudos sobre categorias trabalhistas específicas realizados pela FIOCRUZ, como por exemplo, em relação aos profissionais da educação do Rio de Janeiro, que a saúde mental está em crescente processo de epidemização, sido os sofrimentos mentais causados pelas péssimas condições e relações laborais, bem como pela funcionalmente potencializada ameaça de demissão. Sob o ponto de vista da justificação discursiva ideológica, a flexibilização passa como uma saída ao desemprego, o que de fato tenta-se esconder é a essência desta pseudoconcreticidade, que advinda do toyotismo, oculta o que tal prática é: a própria nova forma de desemprego, de certa maneira mundializado.

Segundo Vizzacarro-Amaral (VIZZACCARO-AMARAL, MOTTA & ALVES, 2011), há um hibridismo, isto é, um estado de transição e indefinição entre o desemprego da era fordista-keynesiana e a precariedade laboral. O autor observa que o conceito de desemprego é uma construção sócio-histórica, tendo funções econômicas e políticas, tendo como gênese o Estado, como resposta (*contratendênc*a) ao pauperismo e outros fenômenos relacionados ao capitalismo concorrencial e financeiro. Se é correto afirmar que a automação e a microeletrônica, bem como a *kan ban*, *just in time* e todas as engenharias da gestão, como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas são os pregos da casa a qual o desemprego estrutural se ergue, por outro lado, estamos de acordo com a percepção radical da forma fenomênica do desemprego/precarização estruturais feita por Ricardo Antunes, sob o princípio da centralidade do trabalho, que o

que deveria ser fonte de humanidade, o trabalho, se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham (...) O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no labor, mas se degrada; não se reconhece, mas se desumaniza no trabalho. (ANTUNES *in* ANTUNES & BRAGA, 2009)

Observamos então que desde a gênese do capitalismo, é na exploração do trabalho, tornado trabalho abstrato, que todas as formas de sofrimento se referenciam. Mas, como observa Mészáros, em seu esclarecedor livro sobre a teoria da alienação em Karl Marx (MÉSZÁROS, 2006), escrito antes do lançamento de *Para além do capital* (2009), no final da

década de sessenta, é na *alienação do trabalho* que se edificam as outras formas de estranhamento.

Pensando hoje esta zona ainda indefinida como uma tendência de formas cujo referencial ideológico passaria pelo “pleno emprego” dos chamados estados de bem-estar de modelo europeu até uma precarização das condições laborais, seja sob o ponto de vista salarial ou do ponto de vista das condições de insalubridade quase total como tendência, sob a forma de subcontratação, alta rotatividade e outras realidades; todos estes momentos da precarização estrutural interligam-se entre si e ao mesmo tempo têm um ponto em comum, o estranhamento² do homem perante a natureza e deste em relação a si mesmo³. Estamos convencidos de que o conceito de *hybris* (VAZZACARRO-AMARAL, 2011), utilizado para compreender as novas formas de vivenciar subjetivamente exploração e sofrimento – como desdobramento sociometabólico da alienação laboral – entre a condição de desemprego e a da flexibilização/precarização tem uma riqueza heurística à medida que dá conta do aspecto tanto da superexploração, com consequências para a saúde dos trabalhadores, tangenciando a questão histórico-existencial da *desefetivação do homem que trabalha* (ALVES, 2011)⁴.

No bojo da *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2009), desenvolvem-se formas ideológicas de naturalização e estreitamento das fronteiras entre o mundo do trabalho e o ponto de vista do capital. Tais ideologias aparecem na forma de toyotismo, empreendedorismo, resiliência etc., que têm em comum a responsabilização do indivíduo abstrato, na forma de “competências comportamentais”, “capacidade” de iniciativas auto-imputadas de atitudes permanentemente proativas de produzir para si mesmo empregabilidade e seu contraponto, a culpabilização⁵, fenômeno psíquico não catalogado como tal.

Assim, o trabalho em questão tentará fazer uma análise crítica introdutória dos impactos objetivos e subjetivantes da precarização estrutural no Brasil, observando a relação

² Segundo Mézszáros (2006b), o conceito de alienação, por sua complexidade, representa um dos problemas de maior complexidade, não obstante, segundo o autor, é condição necessária para compreender tanto a obra de Marx, quanto a essência do sistema capitalista, suas variações nacionais, mas sobretudo, as tendências do insurgente capitalismo globalizado. Mesmo lembrando que neste momento o neoliberalismo e a implosão do socialismo real (ou sistema do *capital pós-capitalismo de modelo soviético*) ainda fosse apenas uma possibilidade.

³ “O conceito de alienação em Marx tem quatro aspectos principais, que são os seguintes: a) o homem está alienado da *natureza*; b) está alienado de *si mesmo*; c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens).” (grifos do autor)

⁴ Segundo Alves a nova morfologia social do trabalho que emerge com o capitalismo global caracteriza-se por dinâmicas psicossociais, que implicam a (1) dessubjetivação de classe, (2) a “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado e (3) redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria. (ALVES, 2013)

⁵ A “culpabilização” do trabalhador pelo desemprego é comum tanto no âmbito das relações intraorganizacionais como, também, familiares e sociais, em geral, muitas vezes, “introjetada” pelo próprio trabalhador, ou seja, com ressonância no nível intrapsíquico. A difusão de condutas “pró-ativas” diante do constante processo de “reciclagem profissional”, supostamente necessária à manutenção do emprego, ilustra essa realidade. (VIZZACCARO-AMARAL, MOTTA & ALVES, 2011)

dos indivíduos sociais de classe, sob a forma de *serialidade* (IASI, 2006/2013), dentro de uma realidade onde a constante produção de *proletariedade* (ALVES, 2012), funcional ao sistema do capital, em sua fase manipulatória, pode gerar explosões de insatisfação como *habitus*, bem como possibilidades de construção da classe social do proletariado em si/para si. Neste bojo, o precário cumpre o papel de um “não-horizonte” comum, isto é, uma classe em sentido negativo, condição na qual o outro é determinante da classe. Entretanto, sustentamos que esta negatividade é ao mesmo tempo uma possibilidades de constituição da classe em si, como aliança entre frações mais e menos organizadas da classe trabalhadora.

Capitalismo tardio, precarização estrutural

Começamos com uma polêmica, que desde a publicação do livro de André Gorz, *Adeus ao proletariado*, na década de setenta, vem dividindo opiniões e posições teóricas menos ou mais consistentes. A questão do fim do trabalho e, conseqüentemente, a questão do fim das classes sociais foi defendida por ex-marxistas, antimarxistas e marxistas (dentre os quais Habermas, Gorz, Kurtz, Offe, De Masi etc.). Sobre este tema bastante discutido, desde a década de 1990, no Brasil, refutando os argumentos dos autores citados, destacam-se Ricardo Antunes (2005) e Gaudêncio Frigotto (1984), sendo precursores de vasta literatura onde se demonstra a inconsistência teórica dos adversários.

O capitalismo hoje pode ser pensado como um sistema globalizado, altamente controlado por agentes financeiros, com arranjos variados e sempre hierarquizados entre *formas combinadas de capital* (FONTES, 2010), com o protagonismo dos organismos internacionais e hegemonias burguesas localizadas – apesar da ilusão de liberdade e horizontalidade, como ideologias orgânicas orientadas pela cooperação compulsória do trabalho. Há, portanto, uma determinação histórica do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações de produção e estas sob as esferas do Estado e dos mercados de produtos e de empregos, mas tal determinação não pode ser pensada como causalidade unilateral.

Partimos, então, da seguinte ideia. Há uma massa hoje de proletários, latente e amplamente difundida – visto a socialização extrema da divisão do trabalho, em todos os cantões do mundo – submetidos ao trabalho abstrato, a qual exige das burguesias e todos os agentes econômicos, formas cada vez mais criativas de organização, gestão e subjetivação/sujeição do trabalho vivo. É exigido, ao mesmo tempo, formas de apassivamento cada vez mais violentas e ao mesmo tempo formas de convencimento que passam por uma espécie de colonização das individualidades sociais de classe, nas palavras de Giovanni Alves (2010), como “*captura*” da *subjetividade*. Nas palavras de Virgínia Fontes, o capital

(imperialismo) necessita de *múltiplas formas de expropriação, acopladas a um intenso apassivamento da classe trabalhadora* (FONTES, 2010), esta é uma condição na qual se encontram as classes ou frações de classe, condição herdada pelas novas gerações, que em síntese podemos chamar de *condição de proletariedade* (ALVES, 2013). Ocorre uma escalada mundial do trabalho flexível e precário, realizando-se em seu aspecto mais totalizante como precarização da vida. Na esfera jurídica, para darmos conta da epiderme mais superficial desta realidade, assume formas bem diversificadas, onde se inclui trabalhadores (e agenciadores de) terceirizados, “pejotas”, subcontratados, *part-time*, trabalho domiciliar por produção, televenda, micro-empendedor individual (MEI) etc.

A *condição*, necessidade e contingência, de *proletariedade* – tendo o *trabalhador* [com o advento do capitalismo] se tornado *uma criança abandonada à negligência* (MARX, 2004) – é uma espécie de elemento ineliminável herdado pelos indivíduos sociais de classe, como condição de expropriados dos meios de produção e subsumidos em meio à classe como negatividade, sobre a qual não se tem escolha. As bases teóricas de se pensar a questão da classe desde sua existência, *para o outro*, como um consciente movimento da pura negatividade até sua existência, para si, com maior elevação do nível de consciência de sua possibilidade/necessidade de um pôr teleológico. Isto é, dos indivíduos em si, serializados, mediados por ideologias apassivadoras e pela cultura, em alguns momentos da história concebem-se – agindo – como sujeitos individuais de classe, como homens e mulheres que se realizam em sua relação com o outro, capazes de construir alternativas coletivas, a partir de um projeto de uma nova efetivação do ser genérico do homem.

A partir dos manuscritos de 1844, de Marx, em especial, no intitulado *Trabalho estranhado e propriedade privada* e também em *Propriedade privada e carências* temos a possibilidade de compreender o momento mais subjetivo do sociometabolismo do capital. Subsumido no processo de alienação, os homens e mulheres são capazes de tomar consciência da auto-alienação, entretanto tal processo de emancipação ou transcendência, como demonstra Mézáros (1984), ao criticar o próprio Lukács, deve ser mediado pela política.

Classe e não classe, uma questão metodológica e política

A classe, mesmo dentro do marxismo dialético, é um problema conceitual que não tem resolução. Não obstante, a política não é uma mediação no sentido pobre da palavra, como um meio para manter relações de poder político-institucional ou econômico corporativo (trabalhista ou empresarial). Apesar de sua contribuição, junto com renomados economistas como Marcio Pochmann e Ronaldo Gonçalves, quando critica o “conceito” apressado e

desonestamente criado pelo próprio lulismo, de “nova classe média⁶”, ao lermos apenas os mais recentes escritos de André Singer percebemos uma leitura de classe social pensada a partir das disputas políticas, numa espécie de marxismo positivado, que apesar de levar em conta elementos subjetivos de um “segmento de classe”, o que ele chama de subproletariado, um espectro socioeconômico que tem uma função eleitoral decisiva. Não deixando clara a distinção entre os usos políticos-eleitorais do lulismo e a base concreta deste governo, que abarca desde os indivíduos – cerca de 30 milhões, segundo dados oficiais – que “escapam” da miséria, sob uma lógica cinicamente difundida, com base nas condições de consumo, mensurada a partir de um cálculo arbitrário, que define miséria como renda *per capita* familiar abaixo de 4 reais por dia. Indo além desta superficialidade, o autor faz uma comparação desta base eleitoral, altamente volátil e manipulável com o campesinato francês de 1851, cuja perspectiva é conservadora. Esta concepção de “classe” perde o caráter dialético da composição orgânica, objetivamente subjetiva, da classe social do proletariado. Esta leitura, em nossa visão equivocada, do *18 Brumário* sobre frações de classe e conjuntura merece um estudo aprofundado. Giovanni Alves tem uma compreensão mais dialética para compreender o bloco histórico do “neodesenvolvimentismo”, propondo uma categoria explicativa, que ainda merece ser mais esclarecida, qual seja a *classe-apoio* (ALVES, 2013). Mas não cabe aqui esmiuçá-la.

O problema da classe é a própria alternativa de construção desta, que passa por uma concepção prática, cuja mediação é em parte uma luta anti-ideológica. Mas é apenas a partir de uma concepção política, ou seja, apenas mediado pela grande mediação prática chamada *política*, que a teoria, intervertida em luta se completa como luta anti-ideológica, posto que, se o instrumental dado, com o qual se faz as mediações entre uma consciência de classe, a partir de indivíduos de fora (como diria Lênin) é a linguagem – hoje exponencialmente alterada pelo desenvolvimento de tecnologias e de uma criativa utilização radicalmente política. Entretanto, nem por isso seria lícito fazer uma dupla apologia pseudo-insurrecionária de linguagens totalmente renovadas num meio perfeitamente adequado, posto que

A arma da crítica não pode, evidentemente, substituir a crítica das armas. A força material deve ser dominada pela força material, mas a teoria transforma-se, ela também, em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de penetrar nas massas desde que faça

⁶ Segundo Marilene de Paula: “os três principais pesquisadores com trabalhos publicados sobre o tema são Jessé Souza, com os livros ‘Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora’ (2010) e ‘A ralé brasileira, quem é como vive’ (2009), Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, com o livro intitulado ‘A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade’ (2010) e Marcelo Neri, hoje no IPEA, mas com pesquisas realizadas na FGV, com o livro ‘A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide’ (2011).”

demonstrações *ad homini* e faz demonstrações *ad homini* quando se torna radical. (MARX *in* MARX e ENGELS, 1974)⁷

Dois importantes ensaístas brasileiros pensam a questão do proletariado com base na teoria do estranhamento de Marx, sem que com isso rompa com a tradição dos marxismos (dialético, positivado e estruturalista) de pensar a luta de classes sob o viés da exploração. Mauro Iasi e Giovanni Alves partem da concepção de classe social num sentido que deve ao Lukács em *História e consciência de classe* (HCC) sua inspiração, cujo cerne desde esta obra, seus primeiros escritos de transição, transformados em capítulos deste livro, seria, segundo Mészáros (2013), as categorias *totalidade* e *mediação* – apesar de seu caráter messiânico e com fortes aspectos idealistas. Tanto o autor de *Metamorfoses da consciência de classe*, quanto aquele que heurísticamente escreve sobre a “*captura*” da subjetividade e o processo de *desejetivação*[nota] concebem as condições objetivas como um dado não puramente empírico, mas como uma composição orgânica histórica. Isto significa que o “fator” subjetivo, que jamais pode ser confundido com as individualidades psicológicas, é um elemento inseparável da realidade social concreta e da situação a qual se encontra a consciência de classe, um processo com constantes metamorfoses (IASI, 2008).

De forma mais provocativa que irônica, no prefácio de 1967 de *História e consciência de classe*, Lukács deixa clara sua concepção de classe, mais aprimorada que nesta fase de desenvolvimento de seu pensamento marxista, quando afirma: *A passagem de uma classe para a outra [do próprio filósofo], especificamente para sua inimiga, é um processo (...) complicado.* A supracitada obra do Lukács (HCC), de 1918-23, então recém-filiado ao pensamento marxista é um marco que, parcialmente rompe com a tradição positivista do marxismo da Segunda Internacional, embora repila com seu hegelianismo intrínseco a dialética das particularidades de classe, como algo mediado pelo trabalho, teleológico e material ao mesmo tempo, conferindo a teleologia ao reino da abstração da inversão entre sujeito e predicado, tratando a “ideia” como um indivíduo e o indivíduo como uma abstração, como Lukács maduro sinalizou na crítica do jovem Marx (1843) à filosofia do Direito e do Estado em Hegel. Desde a primeira edição daquela monumental obra do Lukács messiânico – tão aclamada e influente, até hoje, quanto criticada, inclusive pelo próprio autor – a ideia de classe, para além do puro somatório de consciências umbilicais e para além da fração estatística da população despossuída dos meios de produção, passa a ser tratada como uma categoria cuja consciência de si é um elemento central, mas não o único, posto que a condição

⁷ Marx & Engels - *Sobre literatura e arte*. Editorial Estampa, 1974.

necessária para sua existência é o processo de *reificação*, um devir do sistema do capital, cuja base lógico-dialética é o processo de *alienação-estranhamento* do *ser genérico do homem*⁸. Ambos os autores partem de uma concepção historicista e dialética de classe, porém a categoria central do jovem Lukács hegeliano, a *reificação*, tem uma influência marginal na estrutura geral destes trabalhos, mas, mesmo assim, contribui para a ideia de que se no momento em que a classe se encontra apenas em sua potência, como dever ser, não é uma classe ainda, mas ela já é uma classe como superação da reificação, do homem sob o imperativo das relações de troca. Entretanto, somente quando tem em mãos os chamados *Manuscritos de Paris*, de Karl Marx (1844) – um autor na época, já em vias de definitiva ruptura político-filosófica com o sistema hegeliano, sendo, entretanto, capaz lançar mão da dialética para compreender a chave do sistema do capital, como a forma mais desenvolvida do processo crescente de alienação-estranhamento do homem, em relação a si (parte da natureza), ao outro e ao seu ser genérico – Lukács pode pensar as classes sociais e sua consciência como uma unidade. O livro, talvez o mais polêmico do filósofo húngaro, *Miséria da razão* é onde Lukács desenvolve algumas concepções sobre a consciência de classe, a começar com seu conceito de *decadência ideológica*, sobre a burguesia, a partir de 1848, até então entre uma consciência histórica revolucionária e progressista.

Assim, podemos identificar na obra de Lukács duas chaves para pensar a dinâmica das classes sociais. Uma é a questão da classe adjudicada (HCC), isto é, o elemento *condictio sine qua nom*, para a existência da classe em si, que é a condição herdada. Tal conceito, à medida que se desprende da obsessão da unidade messiânica sujeito/objeto, passa a orientar uma concepção oposta da intenção original, observando momentos em que a consciência ainda não pode ser o sujeito histórico, pelo caráter contingente de classe. Este sentido é ao mesmo tempo uma afirmação da condição puramente observável, de fora, ou seja, adjudicada, e a perspectiva negativa da classe em si, isto é, abre a possibilidade de pensar a classe em seu sentido latente. Aqui Lukács choca a cabeça contra o muro (Mészáros, 2013), quando suas categorias analíticas são ainda insuficientes para dar conta da concreticidade das categorias do

⁸ Apenas com a leitura dos Manuscritos de 1844 – cada vez menos utilizado pelo Marx pós 1845 – para Lukács torna-se evidente que estes termos (reificação e alienação) dizem respeito a dimensões distintas do ser social, sendo o primeiro mais específico na era capitalista e o outro pensado como um processo mais de largo período, por esta razão dimensionado desde o estranhamento do homem do seu ser genérico, até o estranhamento do homem perante a natureza. Isto marca uma diferença muito importante entre a visão de Marx e Hegel sobre o fenômeno da alienação. Para Hegel toda objetivação que produz uma manifestação externa, objetiva, se distancia e acaba se apresentando como estranha ao sujeito. Para Hegel o sujeito, o espírito absoluto, é universal e suas formas de existência, as *externações* materiais, são sempre particulares, daí o estranhamento. Para Marx, ainda que concorde com Hegel sobre a dialética da objetivação e da externação como próprias do ser humano, na verdade como fundamento da ontologia do ser social através do trabalho, afirmará que nem toda objetivação é estranhamento, mas que isso se produz por uma determinada forma histórica de sociabilidade, que é a sociedade capitalista produtora de mercadorias e o produto social desta sociedade é o homem coisificado, relações mediadas pelo valor de troca.

real. A *reificação* e a *classe adjudicada* são momentos importantes para Lukács desenvolver seu conceito de *consciência*⁹ como fator ineliminável da existência de uma classe social¹⁰.

Uma leitura diferente capaz de nos possibilitar uma visão também realista da “classe” estatística, ainda em um momento de latência quase pura, quando observamos o que ficou conhecido como Jornadas de Junho e Julho é a discussão feita por Rui Braga. Tal como Iasi e Alves, Braga percebe na classe social do proletariado uma efetiva força revolucionária, na medida em que ocorra uma aliança das frações de classe, para um efetivo movimento de ruptura. Entretanto, Braga demonstra algumas posições problemáticas em sua caracterização da classe do proletariado. O autor, através de conceitos sociológicos parece não apresentar, tal como propõem os autores supracitados: 1) uma clara distinção entre as frações de classe; 2) os momentos necessários para um salto da classe contingente à classe necessária.

O fato de ser jovem, segundo Mészáros, não exime Marx de pensar dialeticamente. Desde os anos de 1843/44, Marx já possuía os elementos conceituais com os quais desenvolverá suas obras “maduras”. Em seu escrito de juventude, *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* o autor, já comunista, que começa a abandonar sua posição democrático-radical para começar desenvolver a teoria das classes sociais, afirma:

Nenhuma classe da sociedade civil sente a necessidade ou tem a capacidade de conseguir uma emancipação geral, até que a isso é forçada pela situação imediata, pela necessidade material e pelos próprios grilhões.

[a possibilidade positiva da emancipação só é possível] na formação de uma classe na sociedade civil que não seja a classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os

⁹ *História e consciência de classe* poderia ser para Lukács uma pedra no sapato, sobretudo porque é uma das bases conceituais mais marcantes na obra de um de seus adversários teóricos mais profundos, Adorno. Sua concepção de natureza como um conceito histórico-social é o grande desvio idealista e anti-ontológico que, segundo as palavras do próprio autor, *exerce uma reação imediata sobre o conceito de economia, que... devia naturalmente constituir o ponto central.* (LUKÁCS, 2008).

¹⁰ Prefácio de Lukács sobre a obra *Histórica e consciência de classes*, de 1967, onde há uma autocrítica formal definitiva do próprio autor em relação à sua obra de quatro décadas passadas. Cabe aqui, fazermos um apontamento sobre a importância de uma leitura atenta de George Lukács, autor central e bastante estudado por exegetas de todo o mundo,¹⁰ que desenvolvem leituras polêmicas entre si, mas, para além das divergências, têm como apoio a certeza de que: 1) Lukács foi o autor que nos legou a leitura mais aprofundada da hermenêutica marxiana e complementou algumas lacunas da ontologia marxiana; 2) Lukács foi o autor que insistiu no desenvolvimento de conceitos capazes de dar conta da relação complexa entre classe e história do capitalismo/superação deste modo de produção; e 3) Lukács também influenciou uma gama enorme de filósofos, historiadores e sociólogos, direta e indiretamente, normalmente através de discussões polêmicas, sendo responsável, por sua singular capacidade autocrítica, por uma curiosa bifurcação na teoria social crítica no século XX e XXI. Se tal descolamento produziu pelo menos duas teorias inconciliáveis, essa diferença não impede de compreender em Lukács uma unidade semântica. É certo que a inflexão ontológica, segundo Netto (2011), data dos anos de 1930, mas já em HCC (1923), Lukács insiste em desvendar a relação dinâmica entre história e consciência de classe, o que jamais abandona; 4) A perspectiva da totalidade e a categoria de mediação (MÉSZÁROS, 2006b) acompanham o pensamento de Lukács, desde sua conversão ao marxismo. Assim, a partir destes estudiosos da obra lukacsiana, podemos afirmar que seu materialismo radical, aprofundado em *A ontologia do ser social*, tem alguns elementos já preliminarmente elaborados no sua dialética de transição entre o hegelianismo e o materialismo.

estamentos[...] a dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (MARX, 2010)

Mas é apenas em *18 Brumário de Luís Bonaparte* – lembrado por Singer – que Marx desenvolve uma teoria capaz de dar conta da luta de classes num nível mais empírico (e jamais empiricista como é comum na sociologia) das lutas cotidianas, bem como da relação entre *sociedade civil* e *Estado*. Esta análise esmiuçadamente descritiva por um estudo imanente empírico – mas acima de tudo heurístico – nem por isso força o autor a abandonar a concepção dialética da história, da realidade social em movimento. Marx mantém e desenvolve o que ele já havia construído em sua crítica ao Direito/Estado de Hegel e também no *Manifesto do partido comunista*, que é a concepção de classe não como o que mais tarde a sociologia irá chamar de estratificação social, mas a partir de uma *oposição dialética*. Uma classe sempre se opõe a uma outra, por esta razão, as frações de classe jamais podem ter status de classe social. Eric Hobsbawm (1990), sob a influência direta do método de Marx, propõe uma leitura, que surge como resposta provocada pela moda revisionista sobre a teoria das revoluções e das consciências de classe, opondo-se a sua contestação de que não teria havido uma revolução burguesa na história. O historiador chama atenção da gênese da classe burguesa, desde então, e por muito tempo, *classe média*, a partir de uma consciência da necessidade de construção de uma autonomia. Hobsbawm observa que historiadores contemporâneos ao desfecho da era napoleônica perceberam a Revolução Francesa de maneira próxima ao que os marxistas perceberão um século depois sendo alvo, por volta de 1970, de alguns ataques revisionistas. Vejamos a citação:

A burguesia, uma nova nação, cujas maneiras e moral são constituídas pela igualdade civil e pelo trabalho independente, surgiu agora entre nobres e servos. (THIERRY, *apud* HOBSBAWN, 1990)

A rigor, surgir entre nobres e servos não é outra coisa do que ser em si – e no caso da burguesia, desde sempre para si – uma classe intermediária, mas caso possamos ousar heurísticamente, sua qualidade de classe é mais autêntica do que sua qualidade de estar situada entre duas classes. A burguesia surge como classe e ao mesmo tempo deixa para o passado a velha estratificação social, à medida que substitui o poder da terra, do mando, isolamento feudal, organizado a partir da autodefesa e da fidelidade da palavra, pelo poder do dinheiro, pela relação contratual e mais tarde, a constituição do Estado-Nacional.

Ao contrário, hoje, a ideia de “classe media” é uma imprecisão epistêmica e uma proposição totalmente antiontológica. Sob o ponto de vista da totalidade e da dialética, a classe média não é nem uma particularidade da classe antagônica à burguesia, nem é uma classe media no sentido atribuído por Hobsbawm e, mesmo de forma menos precisa, pelo

Engels jovem, antes da *Ideologia alemã*. Sob o aspecto sociológico da estratificação social, o ser da classe é substituído por uma impressão com base em indicativos que, quando “sociologizantes”, servem apenas para diminuir o peso economicista da própria sociologia¹¹ (incluindo a não marxista), diferentemente da complexa tipificação de Max Weber¹².

Dos autores que produzem uma teoria sobre as classes sociais a partir da teoria da estratificação, desenvolvida pela sociologia, desde Weber até Bordieu, quem hoje se destaca no Brasil, pela atualidade de sua investigação foi Jessé de Souza. Este sociólogo percebe no “grupo social” (em abstrato) cujo traço em comum seria a utopia pré-capitalista da burguesia que considera e valoriza os indivíduos dotados de um faro, uma iniciativa... para a sobrevivência. O *batalhador* (SOUZA, 2012) seria, sob o ponto de vista de um “historicismo” abstrato, análogo ao pré-capitalista, capaz de transformar suas iniciativas em *le carrières ouvertes aux talents* (carreiras abertas para o talento), numa espécie de classe intermediária entre o *salariado* e o trabalhador explorado sem garantias legais. Souza, em seu ensaísmo eclético e reformista tem uma tese que, por vias distintas, chega às mesmas consequências lógicas de autores europeus como Standing e Castel, observando o processo recente de ascensão socioeconômica de determinadas camadas sociais, saltando de um objetivismo no qual apreende as “classes” por critérios socioeconômicos a um subjetivismo relativista. E é novamente a partir do estudo de Mészáros (2006b) que podemos fazer um exercício crítico, tendo como referência o método de Marx e sua teoria da alienação. Veremos abaixo.

A tese de Jessé de Souza é ideológica, abstrata e por isso, problemática. Entretanto devido à proeminente relevância do tema, deve ser debatida, por sinalizar um novo modo de ser do *capitalismo* contemporâneo brasileiro. Uma tese que, como todas aquelas que querem ocultar a exploração, como diria Mészáros (2006), neste caso ocultando um fato de total relevância, que o batalhador é antes de qualquer coisa um trabalhador, mas um trabalhador além de explorado e expropriado de seus direitos outrora conquistados e concedidos, está numa *nova condição de proletariedade*, sendo tratado e pensado como um “homem livre”, abstratamente vinculado ao burguês desbravador. Apontando como economicista qualquer leitura que tente dar conta da totalidade, substitui um “economicismo” (de fato comum em alguns marxismos) por um culturalismo, conferindo à cultura um caráter de determinação da

¹¹ Já Marcelo Neri, em estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2011) define a faixa de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 mensais de renda familiar para esse público. De acordo com esta definição, entre 2003/09, 30 milhões de pessoas saíram das classes D e E4, ou seja, ultrapassaram a linha de pobreza extrema. (BARTELT, 2013).

¹² Devemos recordar ou revisitado Max Weber (1982), pois nele é explícita a concepção de classe social como uma sociologização de objetos típicos da economia acadêmica. O autor tem uma teoria complexa, no entanto abstrata (e pragmática), da estratificação social, pensando este substantivo (as afinidades eletivas) como uma realidade multifacetada, através e por via das quais os indivíduos agem, escolhem.

estratificação e dominação social¹³. Entretanto, quando o autor propõe uma leitura sobre o estrato que ele chama de “batalhadores”, a partir do conceito bourdieuziano de *capital cultural*, sua intuição pode nos ajudar no movimento de aproximação do real, posto que a especificidade mais superficial do fenômeno é o caráter “cultural”, que perpassa pelo que compreendemos como precariado, mas também pela camada mais simples do proletariado. Sua análise se opõe a uma mera leitura estatística da estratificação social, entretanto, passa ao largo da discussão sobre classe social num sentido *historicista*, termo capaz de dar conta de um aspecto em comum entre os vários marxismos e mesmo a sociologia francesa preocupada com a transição do Welfare State à terceiromundização do capitalismo centro-europeu, o que trataremos abaixo.

Mauro Iasi, para explicar os mecanismos que mantêm as consciências em seu estágio mais estacionário perante a possibilidade da consciência em si da classe, propõe um conceito amplo, genérico, mas ainda assim, preciso. A ideia de que existem *mediações cotidianas da ordem* (IASI in CARTA MAIOR, 2013) nos possibilita pensar que, ao contrário da ideia funcionalista de “normalidade” e compreensivista de “expectativas”, “afinidades eletivas”, “racionalidade” (*ratio*) e “burocratização” – como dois polos da mesma realidade inteligível –, a realidade, tanto a estrutura inorgânica humanamente produzida, quanto à consciência das personalidades individuais de classe estão em ininterrupta mutação. Tais mutações não são por um lado produzidas por gênios de espírito empreendedor e por outro não advêm diretamente de uma estrutura econômica rígida. Há materialidades rígidas, incólumes às vontades humanas, à cultura, aos desejos. Mas há também, mais que possibilidades, necessidades de ação. A dialética liberdade/necessidade produz mediações, tanto as que tendem à ordem e a normalidades esperadas, mas também produzem fusões explosivas ou não.

As fusões explosivas, como as Jornadas de Junho – fenômeno que inspirou o mais recente textos de Iasi sobre a consciência ativa e mutante – são formas de reação concentradas em pouco espaço de tempo e muitas vezes convulsivas, o que faz parecerem tempestades em dias de céu aberto. Se pensarmos nas condensações, para usar outra metáfora com fenômenos da natureza, as precipitações “surgem” mais como bolas de neve do que como temporal. Energia de baixo, retornando para baixo, mediada pelas consciências vivas. Ao contrário das metáforas, o senso comum, ao perceber de forma imagética (várias possibilidades de ilustração), deixa de perceber que sua consciência também já mudou, não é a mesma de antes de junho de 2013.

¹³ Na *classe média* a cegueira da visão redutora economicista do mundo é ainda mais visível. Essa *classe social* ao contrário da *classe alta* se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível, porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa *classe* competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural (SOUZA, 2012).

Uma das leituras que produzem mais confusão do que uma aproximação deste objeto é a velha – antipática para a esquerda e simpática para as forças de centro esquerda, centro-direita e extrema-direita (liberais ou não) é a questão da – “classe média”. Isto que tentamos demonstrar acima como uma não-classe, devido ao seu caráter de não-sujeito da história, ora é pensada como camada socioeconômica, cuja base metodológica é o weberianismo, ora como fração de classe, sob o ponto de vista de algumas leituras marxistas empiricistas. Um ponto nos parece ser pacífico em relação aos que têm o *trabalho como meio de vida* é a precarização. Seja lá qual o aspecto desta categoria do capitalismo atual, ao qual podemos delimitar de 1970 até hoje¹⁴, há acordo da existência desta como uma espécie de sofrimento multiespectral na classe trabalhadora. Excetuando a questão de “assalariados” flexíveis como: executivos, administradores de fundo de pensão e prepostos altamente remunerados, entretanto sem a tranquilidade dos verdadeiros proprietários, os mega-acioistas do capitalismo globalizado, sendo os primeiros, administradores de produção, transferência e destruição de mais-valor, fazendo parte de uma “casta” de administradores ou gestores de trabalho vivo, sob o imperativo do brutal processo de *liofilização do trabalho* (ANTUNES & BRAGA, 2009). Segundo Antunes (idem), como estratégia, *o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa* (idem). Tal estratégia vem sendo implementada através de reformas dos Estados.

Precarização é um termo amplo, no entanto, nem por isso torna-se vago, posto que o conceito de *precariedade*, bem como *precarização estrutural*, refletem a concretude do reino do capital em sua atualidade. O padrão de acumulação realizado no Brasil, especialmente desde a ditadura empresarial-militar, sempre foi de altíssima intensificação e apoiada em formas não regulares de exploração, existindo uma unidade de opostos entre formalidade e informalidade. Entretanto, pode-se afirmar que no “fordismo brasileiro”, intensificação é algo central e a precarização mais marginal. Apesar de ser abrangente, o conceito hoje dá conta do modo de ser e vivenciar das classes expropriadas, no capitalismo periférico. Se a *precarização* exprime e sintetiza ao mesmo tempo o processo crescente de estranhamento e o de expropriação, o conceito de *precarização estrutural* denota a imbricação permanente, podemos dizer até, insistente entre desenvolvimento do capitalismo/animalização das condições vivenciadas pelas classes portadoras

¹⁴ Desde o início da reestruturação produtiva do capital vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, *estável* e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista, especialmente nos países capitalistas avançados. (ANTUNES & BRAGA, 2009)

de força de trabalho vendável ou não vendável, como eternos desempregados¹⁵ e empregados e operários precários. Tal animalização, apenas outra forma de falar *barbárie existencial*, advém da diferença, não do homem frente aos outros animais, mas da mercadoria a qual o capital lança mão; os animais são em si mercadorias, enquanto os homens têm uma mercadoria vendida através de sua existência, e esta determina o preço tendencial da *mercadoria força de trabalho*.

Sob este aspecto, remetendo um período em que ocorre um salto na precarização do trabalho, ainda como formas marginais, Hirata (2002) realiza alguns estudos sobre o mundo do trabalho e este fenômeno relativamente novo, ressaltando a complementariedade do trabalho precário com o trabalho não precário. Segundo R.Castelo, na maior parte do mundo capitalista, *em meados da década de 1980, particularmente no decênio seguinte, começaram a surgir os efeitos sociais mais deletérios dos ajustes macroeconômicos neoliberais, promovendo o acirramento da “questão social” e das suas múltiplas expressões.*(CASTELO, 2007). Mas é na década de noventa que os reajustes que têm como principal comprometimento a retomada de níveis de acumulação – nada comparado aos trinta anos dourados do pós-guerra – como contratendência¹⁶ das crises capitalistas, existentes e crescentes desde a década de 1870, meio século antes.

Proletários precarizados e precariado – a precarização como tatuagem

Hirata propõe uma leitura do mundo do trabalho a partir da problemática concepção de precarização de Castel, que opõe *formal* a *precário*. Esta leitura heurística do autor tem, ao nosso ver, um aspecto bastante rico, mas não dá conta da problemática atual, principalmente a do Brasil, onde a dialética trabalho precário/desemprego se sobrepõe à superficial oposição formalista entre precário/formal. Desta maneira, apostando ou pressupondo que é nesta oposição que encontraremos a chave da desregulamentação deliberada do mundo do trabalho, que Hirata fará uma esclarecedora análise comparativa entre Brasil, França e Japão. A autora observa tipos diferenciados de precarização: a social, a familiar e a do trabalho. Segundo a autora, a precarização familiar é indissociável da precarização do trabalho, utilizando como exemplo a questão do desemprego no Japão como quase sinônimo de condição de estar sem-teto (“precarização social”). Como Ricardo Antunes (2009) observa, a femininização da força de trabalho vendável, fortemente composta pela modalidade *part-time* e flexibilização da jornada de trabalho é um processo paralelo à precarização, ou seja, é correto afirmar, menos

¹⁵ O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. (MESZÁROS, 2009).

¹⁶ Mesmo que possamos assegurar que tudo na realidade é sempre mediado, esta verdade – genérica – indica muito pouco sobre o caráter das relações dinâmicas envolvidas, pois as mediações em questão sempre assumem a forma concreta de *tendências e contratendências*. (MÉSZÁROS, 2006.)

esquemáticamente, que a feminização é o que evidencia a própria precarização estrutural em sua gênese. Hirata segue a mesma linha de raciocínio, contudo, analisando comparativamente os três países já citados, com base em uma gama de dados empíricos, dá um enfoque maior no processo mais pautado pela resposta, como contratendência (ALVES, 2013; MÉSZÁROS, 2006) do Estado e do capital, para compensar a aceleração da tendência à diminuição da taxa de lucro. Tal resposta seria o emprego (independente do reconhecimento formal do Estado) crescente de força de trabalho feminina (ANTUNES & BRAGA, 2009), tanto em setores formais ou assistidos e previamente reconhecidos pelo Estado, quanto pelas formas de contratação ou encomenda de trabalho dito informal.

Robert Castel (1999) é um dos principais representantes da sociologia europeia que defendem a questão do “salarizado” e “precariado”, como oposição frontal. Esta leitura também defendida por Hirata recai em certo dualismo, quando foca a questão do formal x informal. Com todo formalismo epistêmico de uma contraposição entre o antes e o depois, passando por uma transição híbrida, Hirata contribui, se antecipando e observando as tendências de as condições das trabalhadoras do primeiro momento da precarização estrutural serem tratadas como ensaios para o desregulamentação/regulamentação renovada das normas de emprego predominantes, generalizando a precariedade que hora se inseria nas relações contratuais com este novo mercado de trabalho, crescentemente feminino.

Braga (ANTUNES & BRAGA, 2009), que também observa além do trabalho feminino, as diferenças geracionais de demanda por emprego/carreira, chama de precariado

a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados.

Giovanni Alves utiliza *o conceito de precariado num sentido bastante preciso que se distingue, por exemplo, do significado dado por Guy Standing e Ruy Braga* (ALVES, 2013). Segundo o Alves, *precariado é a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social.* (idem).

No Brasil, a precarização já se faz socioculturalmente estrutural ou sociometabolicamente permanente antes do Consenso de Washington, mas é no governo existente como reprodutor das demandas das agências internacionais, Fernando Henrique Cardoso, através do *medium* de hegemonia instrumentalizado pelo bloco de poder oligárquico, denominado com o famigerado termo “neoliberalismo”, que implementa as ideologias

heteronômicas criadoras de consenso. Tais consensos seguem o mantra da flexibilização, muitas vezes assimilada como um modo leve de “ver as coisas”, mas tendo como verdadeira intensão a expropriação de direitos e de elementos culturais pré ou anticapitalistas, bem como valores do que os tucanos costumavam chamar de varguismo ou populismo. Naquele momento, as lutas dos trabalhadores, capitaneadas pelo PT, ainda bastante, e cada vez mais, orgânico na classe, ainda não se faz capaz de organizar a classe em si para um projeto societário autônomo. Entretanto, chegado ao governo federal, num governo de coalizão, com ampla maioria no congresso nacional, o Partido dos Trabalhadores inova – como no clássico livro de Giuseppe Lampedusa – sem mudar de fato as coisas, em termos de desigualdade, denominado por alguns autores como “social-liberalismo”¹⁷, outros chamam de “lulismo” e outros denominam de “neodesenvolvimentismo”.

Tanto no governo tucano quanto no petista, desenvolveu-se uma reestruturação macroeconômica instituindo todo um espectro de formalização da informalidade reestruturada, que varia: da contribuição previdenciária dos autônomos até o “empreendedor individual”, passando pela “pejotização”¹⁸, pelas falsas cooperativas, pela tipificação das micro e pequenas empresas, até o clássico contrato com carteira de trabalho e suas variações, como as “Organizações Sociais” (O.S.). etc. Tais formalizações, exceto a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), são acompanhadas de consignas ideológicas só possível numa sociedade cuja capacidade manipulatória do capital e do Estado capitalista estão profundamente enraizadas nas subjetividades. Hoje, há uma tendência à uniformização da renda por baixo, produzindo um endividamento de um lado e uma gratidão de setores que se sentem “incluídos” numa cidadania possível do homem estranhado de si, o reino aparente e sedutor da inclusão pelo consumo.

A flexibilização, de certo modo, reflete a formalização de uma precariedade estrutural e estruturante da vida social no Brasil, desde tempos longínquos. Por um outro aspecto, o que seria um dado relevante e que está sendo estudado por alguns pesquisadores de várias áreas é que o desemprego, há um relevante *impacto* sendo produzido *na saúde física e mental do homem que trabalha* (VIZZACCARO-AMARAL, MOTTA & ALVES, 2011), posto que nas últimas décadas, o trabalho precário e o desemprego *têm se tornado fatores de risco para inúmeros problemas psiquiátricos e psicológicos que sobrecarregam os serviços públicos de*

¹⁷ O social-liberalismo surge no cenário internacional em um quadrante histórico determinado pela consolidação da mundialização financeira, das lutas de classes anti-sistêmicas dos movimentos sociais e do aumento das desigualdades sociais entre classes, países e regiões do planeta. (CASTELO, 2006)

¹⁸ Fenômeno que deve ser pesquisado como prática de precarização, que ocorre à margem da lei, isto é, ainda tida como ilegal pelos juristas. Podemos resumir como a demissão e readmissão do trabalhador como pessoa jurídica (“pejota”, daí pejotização), sem contratos formais de trabalhos, isto é como se fossem relações de serviço entre firmas.

saúde (idem). Giovanni Alves¹⁹ propõe o estudo, tanto empírico quanto heurístico, sob os princípios do que Marx (2004) propõe nos Manuscritos de Paris, de 1844, acerca dos processos de desumanização e *desefetivação* do *homem que trabalha*. Tal conceito, a *desefetivação*, nos possibilita dar conta tanto do adoecimento da classe dos indivíduos proletarizados, física e mentalmente destroçados pela ansiedade, medo e insegurança, que nos obriga a um estado contínuo de *intranquilidade*, elemento da ordem da subjetividade, parcialmente capturada, a qual deve ser o ponto diferencial entre o período dos primeiros trinta anos do pós-guerra e o segundo triênio. O medo contínuo e o verdadeiro assalto do tempo de vida ao tempo do labor exaustante ou o medo e o desamparo causado pela experiência do desemprego, seja devido ao alto grau de rotatividade, seja pela incapacidade de certas camadas sociais de experienciar algum tipo de “estabilidade” empregatícia estão presentes como tatuagem, como na canção de Chico Buarque²⁰. A relação entre tempo de vida e tempo de trabalho se estreita, como é tratado nos filmes “O show de Truman” e “O preço do amanhã”, ambos do talentoso roteirista Andrew M. Niccol. Privado do sentido de realidade, o homem, o indivíduo afasta-se de seu ser genérico. Gilmaisa Costa (2007), através de um excepcional estudo sobre a teoria da personalidade na ontologia marxista do velho Lukács, observa que para este autor, alienação, base da *desefetivação* dos indivíduos atomizados pelo capitalismo, corresponde à diferença entre o desenvolvimento real das forças produtivas e das potencialidades gerais dos homens e mulheres e as impossibilidades de fruição de uma fração crescente, quanto mais o homem que trabalha produz as riquezas dele expropriadas, sob a exploração e capturada pelo estranhamento, historicamente determinado²¹. Quanto mais o homem dedica seu tempo de vida ao vil esforço de se manter como força de trabalho vendável, mais o homem se animaliza.

Virgínia Fontes faz, em seu denso livro *Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010), uma provocação, que nos incita a pensar para além dos parâmetros do reformismo com base em uma leitura distorcida de Gramsci. Resumidamente, pois não caberia demonstrar sua profunda pesquisa e análise heurística do capitalismo desde seus primórdios até o que ela denomina de *capital-imperialismo*, diríamos que Fontes percebe que a expropriação e a espoliação não são uma variante da exploração capitalista e que é a forma social do capital que produz a barbárie

¹⁹ Os adoecimentos mentais – *burn-out*, síndrome do pânico e depressão, por exemplo – possuem um nexos causal com o complexo da precarização existencial ocasionada pela forma de gestão toyotista. (ALVES, 2013).

²⁰ Vale a citação de um trecho da letra. Quero ficar no teu corpo feito tatuagem /Que é pra te dar coragem /Pra seguir viagem /Quando a noite vem /E também pra me perpetuar em tua escrava/Que você pega, esfrega, nega /Mas não lava

²¹ Partiremos de um fato econômico *contemporâneo*. O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. (MARX, 2004)

e não certa ausência de capitalismo que produziria o baixo desenvolvimento “humano” como vantagem relativa, do “econômico” para o “social”.

Francisco de Oliveira, em *Crítica da razão dualista* demonstra o quanto estrutural são as formas de precarização da vida social no Brasil, sendo de certa forma um reflexo do modelo de desenvolvimento adotado, principalmente após o regime ditatorial de 1964 a 1985, onde o “atraso” convive com o desenvolvimento, de forma não excludente, pelo contrário, complementar. Assim, podemos observar que, no Brasil, ao contrário do que se possa pensar, a precarização estrutural (e estruturante) antecede o precariado como fração da classe trabalhadora. Entretanto, é importante saber que o termo “precariado” é polêmico, possui no mínimo uma polissemia, que é legítima, posto que a emergência da precarização estrutural em alguns países ocorre apenas na década de 1990. A formalização da precariedade é o elemento-chave, como contratendência para compreender a nova dinâmica do capitalismo global manipulatório, com forte influência da ideologia do toyotismo e do empreendedorismo. Mas se há um mínimo de consenso em relação à flexibilização/precarização como principal propriedade do capital hoje, não podemos dizer o mesmo do *precariado*.

Há pelo menos três formas bem diferenciadas de se pensar o que viria a ser *precariado*. Fugiremos do ecletismo, mas nem por isso negligenciamos a importância que vem a ter as três concepções. Podemos começar pela mais problemática, criticada por autores que defendem a segunda e a terceira. 1) No sentido atribuído por Guy Standing e Robert Castel (1999) *precariado* opõe-se ao *salariado*, este segundo Standing, seria uma “classe” social, ainda existente, remanescente do Welfare State, que vem dando espaço para formas de precarização formal do trabalho, diminuindo a rede de proteção social, como regra nas três primeiras décadas do pós-guerra, hoje formando um estrato social, para a sociologia eurocêntrica e repousada nos três decênios dourados do capitalismo europeu, o qual tais autores dão o status de “nova classe social”.

A segunda posição é defendida, com algumas variações, por Ruy Braga e André Singer. Vejamos o mais problemático. Singer defende que o lulismo conseguiu atrair para si, isto é, se fez eleitoralmente com uma base social numerosa (cerca de 40% da população) e por isto decisiva, o que ele denomina como sub-proletariado. Este tipo de análise corre um risco fatal para a análise dialética da luta de classes, pois, mesmo sendo inspirado, como o próprio autor afirma, na obra de Marx, em especial o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, não explica as classes como *unidades de opostos*. O conceito “classes”, se não pensado como algo relacional, que se constitui como negação de outra e as frações destas sendo potencialmente capazes de unificação constitutiva da classe como sujeito histórico, perde sua dinâmica e se

aproxima de mera subdivisão empírica, instrumentalizada pelas sociologias da estratificação social. Ao perder a perspectiva de classe como antagonismo, como tensão, que pode transpor-se de seu estado negativo a um fazer-se a si, contra sua *outra classe*, e seu Estado, e destruir as velhas amarras, os velhos estamentos. Assim, o modelo da Revolução Francesa não basta, pois a classe não pode ser uma força nascente sem se autodestruir como classe, visto que a classe social do proletariado só é base de um Estado se este Estado é em si uma transição.

A terceira posição, tem Giovanni Alves, numa concepção próxima a de Mészáros, que na década de 70 faz um profundo estudo dos *Manuscritos de Paris*, a partir da categoria da *auto-transcendência positiva da história*, propondo que esta é a chave para a teoria da alienação em Marx (2004), como o sistema teórico do autor no momento de síntese *statu nascendi* (os próprios manuscritos), e não o contrário. Esta leitura, aparentemente metafísica, tem uma função central (apesar de complexa) para o marxismo, de que não há como pensar classe social sem pensar na superação do Estado e das classes sociais. Se para Alves, *precariado* não é uma classe, mas uma fração de classes, em um momento diferente da consciência de classe do núcleo central do proletariado, os operários²², Braga também se opõe a uma tendência na Europa, cujo principal representante é o citado Guy Standing, que considera o *precariado* como uma “nova classe social”. Para Ruy Braga – que critica Standing, ao nosso ver, com razão –, o precariado não é exterior à relação salarial que caracteriza o modo de produção capitalista, mas uma variação do proletariado e em alguns momentos como na Revolução Industrial, coincidente com o próprio, remetendo à obra de Marx, para explicar este adjetivo. Endossando Alves: *Para alguns intelectuais europeus, com o modo de desenvolvimento fordista-keynesiano do pós-guerra, o proletariado transformou-se no salariado, sujeito de direitos portador da cidadania fordista.* (idem).

Considerações finais

Mauro Iasi apresenta, em seus mais recentes livros, com forte inspiração na psicanálise e no marxismo de tradição existencialista, dialogando com o grande debate entre Lukács e Sartre, nas décadas de 50 e 60, acerca da consciência de classe e a tendência à burocratização. Numa rápida e quase grosseira síntese, podemos resumir que Iasi compreende o movimento da formação da classe social como sujeito histórico singular, a partir de um projeto que surge como uma impossibilidade do impossível (IASI, 2008). O mesmo momento que vê com muita sensibilidade e realismo, o autor percebe o caminho do ser *potência* ao ser *ato*, sem perder a precisão no movimento do devir, narra a tensão social do momento: *Aquilo que entra em movimento já é uma*

²² Mauro Iasi faz uma leitura muito próxima a esta, apesar de centrar seu foco mais na mediação da política do que no sociometabolismo da classe do proletariado, sendo que ambos concordam com a unidade ativa da classe.

classe, ainda que o que se movimenta não seja ainda uma classe. (IASI, 2006). Isto é, uma ruptura do elemento apassivador das explosões na cotidianidade, precipitado pela situação limite, onde o grupo é resultado de uma fusão de indivíduos serializados em um campo prático inerte, que ao perceberem-se incapazes de realizar seus projetos e sonhos pessoais, percebendo a externalidade inautêntica de suas existências, têm suas consciências elevadas por elementos externos reconhecidos como o opressor. Esta fusão é ao mesmo tempo prática e teórica, mas no segundo aspecto é incapaz de ser um intelectual coletivo, sendo tal processo, em gérmen, derivado de um patamar maior de organização. Mas, segundo o autor, com base na teoria sartreana da práxis, ao saírem do campo inerte para o grupo, este produz mecanismos para se auto-manter como tal, passando pelo juramento, pela “fraternidade-terror”, tendendo a uma cristalização, retornando cedo ou tarde à serialidade atomizada. Mas Iasi observa que ocorre em Sartre uma circularidade e a chave para este desvio irracionalista seria a teoria da alienação do autor, que tem respaldo em Hegel e não na teoria da alienação-estranhamento de Marx.

Giovanni Alves, também inspirado pelas polêmicas do existencialismo de Sartre com o historicismo radical de Lukács, sugere uma atenção maior à teoria marxiana do *estranhamento*, desenvolvida nos *Manuscritos de Paris* para produzir uma teoria que explique a classe em seu movimento existencial, desde a categoria da *condição de proletariedade* ao desenvolvimento da classe em si como *sujeito capaz de negação da negação*, observa que a *classe do proletariado* (a multidão de proletários, ou indivíduos sociais em *condições de proletariedade*) é anterior à classe em si, e isto significa que há uma "classe", ainda como potência, já que nela inexistente o fator *consciência de classe*. O autor propõe, para além – o que não significa dizer, não levando em conta – da reação à questão da expropriação material e da exploração do trabalho, uma perspectiva ainda pouco explorada, qual seja a da superação positiva da alienação. Esta perspectiva não se opõe à teoria da exploração, mas provoca uma problematização acerca da consciência de classe e da condição da individualidade como resultante histórica da alienação-estranhamento até a dialética entre condição de proletariedade. Desde o momento imediatamente anterior a Revolução Industrial, classe social do proletariado, única capaz de emancipar a humanidade a partir de sua própria supressão-superação. A condição de proletariedade, sempre renovada pela transformação de trabalho vivo em trabalho abstrato requer uma diferenciação teórica entre o espectro do proletariado, como uma classe apenas em potencial ("classe" com aspas), composta por proletários, isto é, individualidades pessoais de classe e a classe social do proletariado, composta por indivíduos sociais capazes de negação da negação. Vale a citação:

(...) [é necessário] construirmos, na perspectiva dialético-materialista, uma teoria da *classe social do proletariado* que consiga, por outro lado, romper com incrustações positivistas(...) que impregnam as elaborações sociológicas (e marxistas) do conceito de classe social e, por outro lado, salientar a centralidade ontológica do processo de formação do

sujeito histórico de classe capaz de promover a práxis emancipatória no século XXI (...) Pretendemos tão somente esclarecer o significado da categoria de *condição de proletariedade* e sua distinção do conceito de *classe social do proletariado*. (ALVES, 2013).

Para uma conclusão não definitiva, temos algumas considerações de ordem metodológica. O marxismo é uma práxis e uma ontologia, a grande síntese da modernidade capitalista. Assim estamos convencidos. Neste sentido, pensar o proletariado, desde a revolução industrial até hoje, é uma obrigação desta teoria social, cuja principal perspectiva é fazer com que o homem vá além de si, isto é, desenvolver todas as potencialidades do ser social. O *ser social* é sempre um momento do *ser genérico do homem*, este ser social, consciente, faz a história sem escolher as condições dadas, aquilo que fora produzido por outros homens, como técnica e como complexos, em termos lukacsianos, *ideologias gerais*.

Por razões de ordem ideológica, no sentido negativo – de inversão, ocultamento, ultrageneralização e justificação (IASI, 2006) da realidade, sendo funcionalmente, mais ou menos de forma deliberada, mobilizada para a dominação –, cujas bases ontológicas de tal mediação têm um peso de total relevância, os homens e mulheres médios hoje vivem no cotidiano (existencialmente) como autômatos, indivíduos atomizados e reificados, posto sua radicalmente renovada condição de animalidade, expressa como barbárie social e cultural. Em suma, a condição de proletariedade no mundo cuja ideologia orgânica, *medium de hegemonia*, está calcada no toyotismo, assume formas das mais diversas de individualismo no capitalismo manipulatório, produzindo o clima cínico de um medo administrável, sob a lógica de pseudo-solidariedades, constrangidos de fora para dentro e mutuamente no interior de equipes orientadas para rivalizar entre si e criar um suposto “livre mercado” nos coletivos de trabalho, entre estes coletivos e departamentos das empresas, o que também extravasa para fora da própria empresa através da ideologia do empreendedorismo.

Este indivíduo “sem história”, sem laços orgânicos com as gerações anteriores de trabalhadores e principalmente, sem laços com a história das estratégias, das vitórias e das derrotas do sujeito histórico consciente, numa crise de futuridade, tem em sua condição de proletariedade o ponto em comum; o que não é pouco. O proletário não é portador da revolução ou aquele capaz de unificar sujeito e objeto, como queria o Lukács de 1919 até 1923. Mas o proletariado é o único capaz de produzir uma consciência de classe em si e para si que vá para além de si. O proletariado hoje é uma potência e não uma realidade em ato, como unidade, visto que só pode ser sujeito à medida que é capaz de unificar a classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital. A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina, Praxis: 1999.
- Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Praxis, 2013.
- ALVES, G. *O que é o precariado?* <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>
- ANTUNES, R. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES & ALVES. *As mutações do mundo do trabalho, na era da mundialização do capital*.. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, 2004
- ANTUNES, R. & BRAGA, R. *Infoproletários : degradação real do trabalho virtual*. São Paulo : Boitempo, 2009.
- BARTELT, D (org.). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Política*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- BRAGA, R. *A Política do Precariado*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. São Paulo: Vozes, 1999.
- CASTELO, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- COSTA, G. *Indivíduo e sociedade – sobre a teoria de personalidade em Gerog Lukács*. Maceió: EdUFAL, 2007.
- FONTES, V. *O Brasil e capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- FRIGOTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1984.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HEGEL, G. *Fenomenologia do Espírito*. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* Ed. Boitempo, São Paulo, 2002.
- HOBBSBAWN, E. *Ecoss de Marselhesa*. São Paulo. Companhia das letras: 1990.
- IASI, M. *O dilema de Hamlet. Sobre o ser e o não ser da consciência*. S Paulo: Viramundo, 2002.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Classe e consciência de classe no Brasil: contestação e amoldamento*. 2008. Extraído de: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- KONDER, L. *Marxismo e alienação. Contribuição para um estudo do conceito marxismo de alienação*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- _____. *Hegel, a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LENIN, V. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- _____. *As bases ontológicas da atividade humana*. In: *Revista Temas de ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1984, Livro I.
- _____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006b.
- NETTO, J.P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*: São Paulo. Cortez, 1992.
- _____. *Capitalismo e reificação*. São Paulo. Cortez, 1981.
- OLIVEIRA, F. *Crítica da razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUZA, J. *Os batalhadores*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

WEBER, M. *Classe, estamento e partido*. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.